



CHECKLIST DOCUMENTAÇÃO GERAL PARA OBTENÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL

1. Formulário de Requerimento preenchido e assinado pelo representante legal (ANEXO);
2. Cadastro técnico federal de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) ou Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA), se couber;
3. Habilitação e o respectivo comprovante de vinculação ao conselho de classe, se couber;
4. Declaração de microempresa ou relatório do simples nacional emitido pela receita federal, se couber;
5. Cópia do documento de identidade e CPF do representante legal que assina o requerimento. Se o representante for pessoa física, deverá apresentar também comprovante de residência;
6. Se houver procurador, apresentar cópia da procuração pública ou particular com firma reconhecida, e cópias dos documentos de identidade e CPF;
7. Cópia do contrato social atualizado, quando se tratar de sociedade por cotas de responsabilidade limitada;
8. Cópia de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), para caso de pessoa jurídica ou cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF) para o caso de pessoa física;
9. Certidão Municipal de Zoneamento ou Declaração da Prefeitura, dentro do prazo de validade, afirmando expressamente que a atividade ou empreendimento está de acordo com as normas de Uso e Ocupação do Solo, ou Alvará de localização e Funcionamento expedido pelo município que ateste a conformidade da atividade/empreendimento quanto ao uso e ocupação, válido. Na falta da data de validade o documento deverá ter sido emitido 1(um) ano antes do pedido da licença;
10. Prova de justa posse.

Poderão ser apresentados um dos seguintes documentos:

- a) Cópia da Cessão de Uso (CCU), quando se tratar de imóvel de propriedade da União/Estado;
- b) Cópia do título de propriedade do imóvel e Certidão de inteiro teor do Registro Geral de Imóveis (RGI);
- c) Cópia da certidão de aforamento, se for o caso;



- d) Cópia da Certidão de Distribuidor Cível e outros documentos que comprovem a posse, se for o caso;
- e) Declaração de beneficiário da reforma agrária, se for o caso;
- f) Apresentar também Contrato de Locação, de Comodato ou outros, se o requerente não for proprietário do imóvel.

11. Planta de localização, em cópias de plantas do IBGE, mapas do programa Google Earth, indicando:

- a) coordenadas UTM ou geográficas
- b) localização do terreno em relação ao logradouro principal, aos acessos, indicando suas denominações.
- c) Croquis ou outros
- d) Caso esteja situado às margens de estrada ou rodovia, indicando o quilômetro e o lado em que se localiza;
- e) Corpos d'água (rios, lagos, etc.) mais próximos ao empreendimento, com seus respectivos nomes, quando houver; e
- f) Usos dos imóveis e áreas vizinhas, num raio de, no mínimo, 100 metros.

12. Memorial descritivo do empreendimento contendo:

- a) Os objetivos e as justificativas do projeto;
- b) Características do empreendimento, contendo minimamente:
 - Atividades a serem desenvolvidas no estabelecimento;
 - Área total do imóvel/terreno;
 - Área de intervenção;
 - Taxa de ocupação (T.O.);
 - Área total edificada (A.T.E.);
 - Dimensionamento da área destinada aos diferentes usos previstos;
 - Estimativa da demanda de água;
 - Fonte de abastecimento;
 - Sistema de tratamento de efluente sanitário;
 - Tratamento e acondicionamento de resíduos.

13. Planta Baixa, em escala compatível, indicando no mínimo os seguintes elementos:

- a) Edificações/lotes;
- b) Rede coletora e unidades de tratamento de efluentes;
- c) Áreas de uso comum; e



d) Estacionamento

14. Planta Baixa de cada pavimento com indicação da finalidade de cada sala;
15. Tipo de tratamento para o esgoto sanitário ou declaração de destino final de esgoto emitido pela empresa local ou concessionária;
16. Abastecimento de água (Rede municipal, rede particular, captação de água superficial, captação de água subterrânea ou outros).

No caso do uso de água de rede municipal:

- Apresentar Declaração de Possibilidade de Abastecimento de água (DPA) emitida pela concessionária responsável na região.

No caso do uso de recursos hídricos de domínio estadual:

- Apresentar o comprovante do requerimento ou o documento de outorga para o direito de uso de recursos hídricos, ou declaração de uso insignificante.